Brasil S/A

por Antonio Machado

machado@cidadebiz.com.br

Para chocar e mudar

A cruzada iniciada no ano passado visando uma terceira via contra as candidaturas já então consolidadas de Jair Bolsonaro (PL) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vai terminando de maneira melancólica, sem que nenhum nome tenha saído da mesmice, assim como os dois líderes da corrida presidencial.

Eles falam de tudo, envolvem-se em polêmicas (deliberadas algumas) e confusões (que lamentam depois, mas nunca se desculpam), e o tempo vai passando sem que anunciem os seus planos para superar o enorme atraso tecnológico do país, o buraco social de mais de dois terços da população e a estagnação econômica, que se transforma em regressão quando comparada aos avanços no resto do mundo.

No Brasil dos candidatos:

- O Produto Interno Bruto (PIB) cresce em V, o emprego vem forte, doméstica tirava férias na Disney antes da megadesvalorização do real, segundo Bolsonaro e o seu ministro liberal darwinista da Economia.
- Em seu tempo, pobre tinha vez, comia picanha, viajava de avião, havia emprego para quem quisesse trabalhar, segundo Lula.
- Mais reformas, mais mercado e menos Estado farão do Brasil um país europeu na América do Sul, segundo a turma da terceira via.

No Brasil real do IBGE:

- O salário mínimo médio real de 2022 é menor que o de 2019, quando Bolsonaro tomou posse.
- A renda per capita mal compra a cesta básica do mês.
- Em 12 dos 27 estados, a população que vive do Bolsa Família, hoje Auxílio Brasil, excede a população com emprego formal.
- A população permanentemente fora da força de trabalho é 1,4 vez maior que a população total da Argentina.

O Brasil real contrasta com o Brasil da propaganda oficial. Fato é que, se muito se fez, nunca se fez o suficiente, e assim continuará se os eleitos pensarem pequeno ou nem isso, como tem sido a regra.

Alguns dados pinçados desses indicadores mostram o que deveria ser prioridade, bastando a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), uma das muitas pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): da população de 172,2 milhões em idade de trabalhar, só 107,7 milhões estão na força de trabalho, dos quais 12 milhões desempregados. Significa que 64,5 milhões estão, permanentemente, fora da força de trabalho, sobretudo mulheres e jovens. Uma tragédia.

Motivos das frustrações

Economia que cresce pouco, abaixo de 1% este ano, algo mais no ano que vem, não cria empregos para suprir o aumento vegetativo da população, além do equivalente a uma Argentina e meia que está fora da força de trabalho — o público dos programas de transferência de renda, como Bolsa Família, hoje Auxílio Brasil para dissociá-lo de Lula, em cujo primeiro governo ele surgiu.

Tem-se como resultado uma massa de gastos sociais, em regra, alvo fácil, assim como o investimento público, dos programas de ajuste fiscal, diante da rigidez da folha salarial do governo federal, do Judiciário e do Congresso, além do deficit previdenciário.

A essa conta somam-se gastos que não geram impulsos estruturais em prol do crescimento econômico, como as emendas parlamentares, entre elas a aberração do tal "orçamento secreto" pilotado pelos chefes das Casas legislativas, em especial da Câmara, em comum acordo com a Casa Civil, braço político da gestão Bolsonaro. Muitas sequelas decorrem da captura da lei orçamentária anual por interesses desalinhados com a vontade do eleitor e o plano maior.

Mínimo salário desde 1994

Uma das distorções, segundo o economista Fernando Montero, é que o governo Bolsonaro será o primeiro desde a reforma monetária de 1994 a legar o salário mínimo real inferior ao seu valor quando assumiu.

"Falamos de média anual, que é a que interessa às pessoas na vida real", diz Montero. É o resultado do ajuste fiscal, que segurou a correção do salário mínimo à reposição da inflação. A constatação pode ter atenuantes (como a majoração e ampliação do Bolsa Família) e motivos (pandemia, inflação mundial, choques etc.). "Mas isso é um slide que falta nas apresentações oficiais", ele ironiza.

E não é só isso. A cesta básica medida pelo Procon-SP subiu 3,35% em março, elevando o seu custo médio para R$ 1.137,20. "Nos últimos dois anos", diz, "o salário mínimo perdeu quase R$ 200, comparado ao custo da cesta básica". A perda é relevante para a maioria da população, os dois terços espremidos no piso da pirâmide de renda.

A recente cavalgada da inflação, puxada pelo preço dos alimentos, atinge mais os pobres, que gastam a maior parte do que recebem com comida e transportes, também pressionados pela gasolina e diesel. Como há mais gente recebendo bolsa que com emprego formal em 12 dos 27 estados, segundo compilação do *Poder360* e estudo da FGV, os R$ 200 confiscados pela carestia fazem enorme diferença.

A situação é pior que a informada. Empregos com carteira são apenas 37,1 milhões, incluindo o trabalho doméstico, além dos 26 milhões por conta própria e 64,5 milhões à margem da população economicamente ativa.

Prisioneiros do passado

Tal conjugação de fatores de uma economia que pode ser considerada moderna apenas para a minoria mais bem paga e instruída, enquanto a maioria depende da ajuda pública para sua subsistência, transparece nas pesquisas de intenção de voto quase como um grito de socorro.

O traço eleitoral dos candidatos da tal terceira via repete o que se manifestará nas eleições de 2018: a sua dissociação absoluta dos anseios da maioria, ao se apegar a um modelo econômico que não mais conta com amplo apoio nas democracias ocidentais. Ou Joe Biden não estaria tentando mudar o "fundamentalismo de mercado", travado pela direita Republicana (que cunhou o termo) não por divergir de seu programa, mas do identitarismo da esquerda do Partido Democrata.

Esses fragmentos ajudam a entender a nossa encrenca. Nem Bolsonaro consegue indicar um rumo que não seja o fracassado populismo autoritário nem Lula parece informado de que não é com o mercado e o sindicalismo que se deve preocupar. É com a massa dos excluídos. Ela será atendida com crescimento gerador de empregos, movido a investimentos privados e públicos em infraestrutura e em tecnologia industrial. Nossos políticos continuam presos ao passado.

» Continuação da entrevista | **ZEINA LATIF** | ECONOMISTA

"O Brasil precisa dar certo"

A senhora falou sobre a democracia estar relacionada a um maior crescimento econômico. O que vimos nos últimos anos é que o Brasil nunca cresceu tão pouco. Isso não é uma contradição?

A política econômica, na maioria das vezes, demora para mostrar seus efeitos colaterais. Por exemplo, tivemos o Brasil grande da ditadura Getulio Vargas, mas, em seguida, entregou uma crise. O exemplo dos regimes militares é mais claro, porque estimula artificialmente a economia em vários canais, com dirigismo estatal, aí, a sociedade olha e acha que os militares fizeram o país crescer. Só que esquecem que a fatura chega depois. E o próximo que vem, colhe a inflação e a baixa produtividade. Aí, culpam a democracia. Eu não quero dizer que não erramos no regime democrático, fizemos muitas escolhas equivocadas, começando com algumas delas na própria Constituição. E aí eu discuto em um capítulo os marcos jurídicos do país, que entra nessa equação de instituições que atrapalham e criam limites ao crescimento. Mas, o fato é que, após estimular a economia e gerar euforia, depois vêm os efeitos colaterais do remédio tomado em excesso e gera uma incompreensão da sociedade. Gera um saudosismo que, na verdade, não corresponde à realidade. O regime militar, em boa medida, foi responsável pela década perdida de 1980. Não que não tenhamos cometido os nossos próprios erros. Mas, em boa medida, foi responsável por colhermos a hiperinflação e estatais cheias de distorções. O saldo final foi mergulhar em uma crise terrível.

O Brasil tem jeito?

Eu acho que tem jeito, mas não temos dado certo. Tivemos conquistas importantes e não podemos ser tão injustos. Tivemos governantes importantes, como (ex-presidente) Fernando Henrique Cardoso, por exemplo. E temos que valorizar isso, sem dúvida. Mas a entrega foi muito decepcionante quando olhamos uma perspectiva histórica. O que é o Brasil ter jeito? É conseguir ter mudanças na ação estatal de forma a proporcionar igualdade de oportunidades, que é o mais importante. Ou seja, as pessoas têm acesso a serviços públicos de qualidade, de forma que uma criança, quando nasce, não depende tanto da sorte para dar certo na vida. Logo, o Brasil dar certo é, no fundo, que as nossas crianças darem certo e não precisarem tanto da sorte quanto precisam hoje.

E tem chance de desatarmos todos esses nós?

Claro que não vai haver a famosa bala de prata. Mas o Brasil precisa dar certo, ainda mais porque não temos mais o bônus demográfico. E o país está, do ponto de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto), estagnado, abrindo o hiato em relação ao resto do mundo. Não é só porque estamos na armadilha da renda média, que tem um capítulo para falar sobre isso. Estamos presos nessa armadilha e no fim da fila. Hoje, sair dessa armadilha é mais difícil do que foi para os países desenvolvidos no passado. As condições são muito diferentes e o abismo tecnológico é maior e, para piorar, o Brasil não tem mais o bônus demográfico. Essa armadilha é maior aqui e o Brasil não está crescendo. A economia está praticamente estagnada do ponto de vista do PIB per capita.

O que fazer?

A ação estatal precisa de mudanças em vários aspectos. É uma ação, muitas vezes, bem-intencionada, mas que acaba gerando mais distorções. E o problema é que, para cada distorção da ação estatal, entra a questão da política que é outro nó. E, para cada meia-entrada, para cada regrinha especial, tem dono, e cada vez que se tenta mexer em uma regra que ninguém dá bola, há pressões de corporações e os grupos reagem. Se você pega uma classe média mais representativa, a coletividade tem a capacidade de se organizar para evitar os interesses desses vários grupos organizados de elites que conseguem manter seus privilégios. E não é político, porque é preciso ter um presidente que enxerga a janela para fazer reformas, mas que tenha a capacidade política. Pesquisas de técnicos e acadêmicos para os diversos nós existem. Sabemos que precisamos acabar com vários nós. Sabemos que é preciso reduzir a insegurança jurídica e que o debate público poderia ter mais qualidade, é verdade. Mas não estamos no escuro, sem saber por onde começar. Tanto que algumas reformas foram feitas.

Breno Fortes/CB/D.A Press

> "Sabemos que é preciso reduzir a insegurança jurídica e que o debate público poderia ter mais qualidade, é verdade. Mas não estamos no escuro, sem saber por onde começar. Tanto que algumas reformas foram feitas"

E isso vale para a reforma tributária que está sendo discutida há mais de 30 anos...

Sim. Nós sabemos o que tem que ser feito. Claro que, quando se vai no detalhe, fica complexo. Não estou tirando a importância da questão técnica que, muitas vezes, não está suficientemente clara. Quando procurei números para fazer um argumento para o livro (*Nós do Brasil, nossa herança, nossas escolhas*), não tem e há vácuo de informação e pesquisas para fazer um diagnóstico. Mas o nó principal não é esse. O nó principal é não ter uma democracia forte o suficiente, com espaço para barganha política, sem capacidade para construir consenso e enfrentar diversos grupos de interesses, o que é mais difícil. O grande beneficiário não sabe. Há muitos benefícios dispersos. Mas, respondendo à sua pergunta. Quando olhamos a economia praticamente estagnada e a vergonha dos indicadores sociais, essa questão do liberalismo colocado pelo governo Bolsonaro e o ministro Paulo Guedes (Economia), de uma forma pouco acabada, infelizmente, mas de qualquer forma, aquilo que aconteceu em 2018 mostrou que tem uma parcela da sociedade que não compra mais aquele discurso intervencionista nacional-desenvolvimentista. Tem um capítulo do livro que trata do debate público. Hoje, o debate público pode não ser o dos sonhos, falta muito para melhorar do ponto de vista técnico, mas não se pode comparar com o passado que tinha a defesa, o tempo todo, de intervenção estatal. Hoje, o Estado tem que deixar de atrapalhar e procurar menor intervenção estatal. E isso está presente. Eu vejo um amadurecimento do debate público, ainda que apontando a necessidade de uma melhor qualificação técnica. Mas existe. E, hoje, também há maior concorrência na política.

Pode citar um exemplo?

Não vou discutir o momento atual, mas vamos pensar em um exemplo bem simples. Possivelmente, se não tivéssemos o estado de São Paulo correndo atrás para comprar vacinas para produzir, talvez o governo federal tivesse demorado muito mais para combater a pandemia. Quando viram a movimentação de São Paulo, houve um senso maior de urgência em busca da vacinação contra a covid-19. Nesse sentido, a concorrência da política é saudável. (**RH e VN**)